

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	77
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.889.840
Preferenciais	5.524.358
Total	8.414.198
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	2.500
Total	2.500

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2018	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2018	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Dividendo	30/08/2018	Ordinária		0,19920
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Dividendo	30/08/2018	Preferencial		0,19920
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2018	Ordinária		0,00960
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2018	Preferencial		0,00960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	55.059.000	56.494.000
1.01	Ativo Circulante	2.894.000	2.425.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	886.000	71.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	996.000	1.439.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	996.000	995.000
1.01.02.01.03	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	996.000	995.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	444.000
1.01.02.02.02	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	0	444.000
1.01.03	Contas a Receber	736.000	656.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	736.000	656.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	736.000	656.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	246.000	256.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	246.000	256.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.000	3.000
1.01.08.03	Outros	30.000	3.000
1.02	Ativo Não Circulante	52.165.000	54.069.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.021.000	862.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	980.000	822.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	980.000	822.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	41.000	40.000
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	37.000	36.000
1.02.01.10.04	Outros Ativos	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	51.052.000	53.119.000
1.02.02.01	Participações Societárias	51.052.000	53.119.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.159.000	2.207.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	48.893.000	50.912.000
1.02.03	Imobilizado	92.000	88.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	92.000	88.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	55.059.000	56.494.000
2.01	Passivo Circulante	1.118.000	2.108.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.000	22.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.000	22.000
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	30.000	22.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.000	501.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	501.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	501.000
2.01.04.02	Debêntures	8.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.080.000	1.585.000
2.01.05.02	Outros	1.080.000	1.585.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.063.000	1.334.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	17.000	251.000
2.02	Passivo Não Circulante	2.860.000	2.460.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.200.000	1.208.000
2.02.01.02	Debêntures	1.200.000	1.208.000
2.02.02	Outras Obrigações	290.000	0
2.02.02.02	Outros	290.000	0
2.02.02.02.03	Outros Passivos	290.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	121.000	8.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.000	8.000
2.02.04	Provisões	1.249.000	1.244.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.249.000	1.244.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.249.000	1.244.000
2.03	Patrimônio Líquido	51.081.000	51.926.000
2.03.01	Capital Social Realizado	43.515.000	37.145.000
2.03.02	Reservas de Capital	495.000	713.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	4.000	4.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	511.000	706.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-23.000	0
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	1.000	1.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000
2.03.04	Reservas de Lucros	8.636.000	15.356.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.496.000	1.374.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	6.187.000	13.982.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	953.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.571.000	-1.294.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.031.000	4.428.000	2.140.000	4.231.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.000	-34.000	-12.000	-23.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-81.000	-38.000	58.000	61.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.000	-291.000	-38.000	-258.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-7.000	-291.000	-38.000	-258.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.140.000	4.791.000	2.132.000	4.451.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.031.000	4.428.000	2.140.000	4.231.000
3.06	Resultado Financeiro	-11.000	-26.000	-16.000	5.000
3.06.01	Receitas Financeiras	75.000	96.000	36.000	77.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-86.000	-122.000	-52.000	-72.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.020.000	4.402.000	2.124.000	4.236.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.000	45.000	52.000	-116.000
3.08.01	Corrente	1.000	0	1.000	-141.000
3.08.02	Diferido	26.000	45.000	51.000	25.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.047.000	4.447.000	2.176.000	4.120.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.047.000	4.447.000	2.176.000	4.120.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25	0,54	0,27	0,5
3.99.01.02	PN	0,25	0,54	0,27	0,5
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,25	0,54	0,27	0,5
3.99.02.02	PN	0,25	0,54	0,27	0,5

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	2.047.000	4.447.000	2.176.000	4.120.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-307.000	-277.000	-7.000	88.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-328.000	-309.000	-9.000	85.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	21.000	32.000	2.000	3.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.740.000	4.170.000	2.169.000	4.208.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-861.000	-1.334.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-54.000	-194.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.447.000	4.120.000
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.791.000	-4.451.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-45.000	-25.000
6.01.01.04	Provisões	159.000	109.000
6.01.01.05	Variações Monetárias Líquidas	53.000	51.000
6.01.01.06	Resultado na Venda de Investimento	121.000	0
6.01.01.07	Depreciação e Amortização	2.000	2.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-763.000	-1.138.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	38.000	-1.584.000
6.01.02.02	Redução em Ativos Fiscais	18.000	332.000
6.01.02.03	Redução em Demais Ativos	371.000	237.000
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	8.000	-204.000
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Demais Passivos	-1.198.000	81.000
6.01.03	Outros	-44.000	-2.000
6.01.03.01	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-44.000	-2.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.132.000	2.827.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	0	-16.000
6.02.02	Venda de Investimentos	29.000	2.000
6.02.03	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-5.000	-2.000
6.02.04	Resgate de Debêntures	442.000	0
6.02.05	Recebimento de Juros sobre Debêntures	16.000	0
6.02.06	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	5.650.000	2.843.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.456.000	-1.625.000
6.03.01	Integralização de Capital	664.000	68.000
6.03.02	Operação de Mútuo	0	199.000
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-520.000	-200.000
6.03.04	Emissão de Debêntures	0	1.200.000
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	20.000	0
6.03.06	Aquisição de Ações para Tesouraria	-15.000	-449.000
6.03.07	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-4.605.000	-2.443.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	815.000	-132.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.000	666.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	886.000	534.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.145.000	719.000	15.356.000	0	-1.294.000	51.926.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.145.000	719.000	15.356.000	0	-1.294.000	51.926.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.370.000	-218.000	-9.158.000	-2.009.000	0	-5.015.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.370.000	0	0	0	0	1.370.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-23.000	0	0	0	-23.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.056.000	0	-1.056.000
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	953.000	-953.000	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-5.002.000	0	0	-5.002.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-195.000	-110.000	0	0	-305.000
5.04.13	Aumento de Capital com Reservas	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0
5.04.14	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	0	0	1.000	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.447.000	-277.000	4.170.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.447.000	0	4.447.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-277.000	-277.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.438.000	-2.438.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.438.000	-2.438.000	0	0
5.07	Saldos Finais	43.515.000	501.000	8.636.000	0	-1.571.000	51.081.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.000	-21.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.000	-21.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-121.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-152.000	-21.000
7.04	Retenções	-2.000	-2.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	-2.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-154.000	-23.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.970.000	4.589.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.791.000	4.451.000
7.06.02	Receitas Financeiras	96.000	77.000
7.06.03	Outros	83.000	61.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.816.000	4.566.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.816.000	4.566.000
7.08.01	Pessoal	3.000	4.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.000	4.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	248.000	375.000
7.08.02.01	Federais	248.000	375.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	118.000	67.000
7.08.03.01	Juros	118.000	67.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.447.000	4.120.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	81.000	885.000
7.08.04.02	Dividendos	1.928.000	224.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.438.000	3.011.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	62.760.000	64.275.000
1.01	Ativo Circulante	6.308.000	5.779.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.017.000	1.218.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	996.000	1.439.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	996.000	995.000
1.01.02.01.03	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	996.000	995.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	444.000
1.01.03	Contas a Receber	1.013.000	1.091.000
1.01.03.01	Clientes	1.013.000	1.091.000
1.01.04	Estoques	875.000	839.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	428.000	445.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	428.000	445.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	979.000	747.000
1.01.08.03	Outros	979.000	747.000
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	979.000	725.000
1.01.08.03.03	Outros Ativos Não Financeiros	0	22.000
1.02	Ativo Não Circulante	56.452.000	58.496.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.456.000	3.234.000
1.02.01.06	Ativos Biológicos	1.559.000	1.699.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.303.000	1.158.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.303.000	1.158.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	594.000	377.000
1.02.01.10.03	Outros Ativos Financeiros	312.000	331.000
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Financeiros	282.000	46.000
1.02.02	Investimentos	48.899.000	50.934.000
1.02.02.01	Participações Societárias	48.899.000	50.934.000
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	48.899.000	50.934.000
1.02.03	Imobilizado	3.438.000	3.669.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.438.000	3.669.000
1.02.04	Intangível	659.000	659.000
1.02.04.01	Intangíveis	659.000	659.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	62.760.000	64.275.000
2.01	Passivo Circulante	2.295.000	3.282.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	101.000	168.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	101.000	168.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	39.000	28.000
2.01.03.01.02	Outras	62.000	140.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	455.000	1.050.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	447.000	1.050.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	353.000	788.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	94.000	262.000
2.01.04.02	Debêntures	8.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.739.000	2.064.000
2.01.05.02	Outros	1.739.000	2.064.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.063.000	1.377.000
2.01.05.02.04	Outros Passivos	676.000	687.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.219.000	6.074.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.743.000	3.706.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.543.000	2.498.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.275.000	2.127.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	268.000	371.000
2.02.01.02	Debêntures	1.200.000	1.208.000
2.02.02	Outras Obrigações	474.000	456.000
2.02.02.02	Outros	474.000	456.000
2.02.02.02.03	Outros Passivos	474.000	456.000
2.02.03	Tributos Diferidos	606.000	496.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	606.000	496.000
2.02.04	Provisões	1.396.000	1.416.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.396.000	1.416.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.298.000	1.297.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	71.000	87.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27.000	32.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	54.246.000	54.919.000
2.03.01	Capital Social Realizado	43.515.000	37.145.000
2.03.01.01	Capital Social	43.515.000	37.145.000
2.03.02	Reservas de Capital	495.000	713.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	4.000	4.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	511.000	706.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-23.000	0
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	1.000	1.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000
2.03.04	Reservas de Lucros	8.636.000	15.356.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.496.000	1.374.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	6.187.000	13.982.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	953.000	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.571.000	-1.294.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.165.000	2.993.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.340.000	2.602.000	1.139.000	2.317.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-999.000	-1.946.000	-860.000	-1.781.000
3.03	Resultado Bruto	341.000	656.000	279.000	536.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.920.000	4.076.000	1.935.000	3.816.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-175.000	-340.000	-165.000	-322.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.000	-150.000	-76.000	-149.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	338.000	338.000	133.000	133.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-230.000	-463.000	-77.000	-293.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-9.000	-293.000	-37.000	-259.000
3.04.05.02	Outras	-221.000	-170.000	-40.000	-34.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.058.000	4.691.000	2.120.000	4.447.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.261.000	4.732.000	2.214.000	4.352.000
3.06	Resultado Financeiro	-53.000	-112.000	-71.000	-105.000
3.06.01	Receitas Financeiras	125.000	181.000	95.000	202.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-178.000	-293.000	-166.000	-307.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.208.000	4.620.000	2.143.000	4.247.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-55.000	-47.000	49.000	-116.000
3.08.01	Corrente	-98.000	-116.000	-6.000	-168.000
3.08.02	Diferido	43.000	69.000	55.000	52.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.153.000	4.573.000	2.192.000	4.131.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.153.000	4.573.000	2.192.000	4.131.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.047.000	4.447.000	2.176.000	4.120.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	106.000	126.000	16.000	11.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25	0,54	0,27	0,5
3.99.01.02	PN	0,25	0,54	0,27	0,5

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,25	0,54	0,27	0,5
3.99.02.02	PN	0,25	0,54	0,27	0,5

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.153.000	4.573.000	2.192.000	4.131.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-307.000	-277.000	-7.000	88.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-328.000	-309.000	-9.000	85.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	21.000	32.000	2.000	3.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.846.000	4.296.000	2.185.000	4.219.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.740.000	4.170.000	2.169.000	4.208.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	106.000	126.000	16.000	11.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/06/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-839.000	-1.182.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	652.000	272.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.573.000	4.131.000
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.691.000	-4.447.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-69.000	-52.000
6.01.01.04	Provisões	163.000	122.000
6.01.01.05	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	176.000	254.000
6.01.01.06	Depreciação, Amortização e Exaustão	357.000	290.000
6.01.01.07	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-72.000	-81.000
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.000	8.000
6.01.01.09	Resultado na Venda de Investimentos	121.000	0
6.01.01.10	Outros	85.000	47.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.248.000	-1.305.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	39.000	-1.585.000
6.01.02.02	Aumento em Contas a Receber de Clientes	-50.000	-67.000
6.01.02.03	Aumento em Estoques	-100.000	-69.000
6.01.02.04	Redução em Ativos Fiscais	19.000	336.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Demais Ativos	-216.000	185.000
6.01.02.06	Redução em Obrigações Fiscais	-68.000	-236.000
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Demais Passivos	-872.000	131.000
6.01.03	Outros	-243.000	-149.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-118.000	-12.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-125.000	-137.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.056.000	2.670.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	0	-16.000
6.02.02	Venda de Investimentos	29.000	2.000
6.02.03	Recebimento de Juros sobre Debêntures	15.000	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	-210.000	-210.000
6.02.05	Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	153.000	53.000
6.02.06	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	5.627.000	2.841.000
6.02.07	Resgate de Debêntures	442.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.426.000	-1.992.000
6.03.01	Integralização de Capital	664.000	68.000
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-15.000	-449.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-4.647.000	-2.447.000
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	431.000	16.000
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-859.000	-380.000
6.03.06	Emissão de Debêntures	0	1.200.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	8.000	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	799.000	-503.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.218.000	2.434.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.017.000	1.931.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.145.000	719.000	15.356.000	0	-1.294.000	51.926.000	2.993.000	54.919.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.145.000	719.000	15.356.000	0	-1.294.000	51.926.000	2.993.000	54.919.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.370.000	-218.000	-9.158.000	-2.009.000	0	-5.015.000	46.000	-4.969.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.370.000	0	0	0	0	1.370.000	0	1.370.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-23.000	0	0	0	-23.000	0	-23.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.056.000	0	-1.056.000	0	-1.056.000
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	953.000	-953.000	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício Anterior	0	0	-5.002.000	0	0	-5.002.000	0	-5.002.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-195.000	-110.000	0	0	-305.000	0	-305.000
5.04.13	Aumento de Capital com Reservas	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0	0
5.04.14	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	0	0	1.000	0	0	1.000	0	1.000
5.04.15	Aumento de Participação de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	46.000	46.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.447.000	-277.000	4.170.000	126.000	4.296.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.447.000	0	4.447.000	126.000	4.573.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-277.000	-277.000	0	-277.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.438.000	-2.438.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.438.000	-2.438.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	43.515.000	501.000	8.636.000	0	-1.571.000	51.081.000	3.165.000	54.246.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	3.458.000	2.968.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.241.000	2.912.000
7.01.02	Outras Receitas	226.000	64.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.000	-8.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.230.000	-1.965.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.768.000	-1.639.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-341.000	-326.000
7.02.04	Outros	-121.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.228.000	1.003.000
7.04	Retenções	-357.000	-290.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-357.000	-290.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	871.000	713.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.958.000	4.709.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.691.000	4.447.000
7.06.02	Receitas Financeiras	181.000	202.000
7.06.03	Outros	86.000	60.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.829.000	5.422.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.829.000	5.422.000
7.08.01	Pessoal	426.000	404.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	342.000	324.000
7.08.01.02	Benefícios	62.000	59.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.000	21.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	557.000	588.000
7.08.02.01	Federais	553.000	571.000
7.08.02.02	Estaduais	-4.000	10.000
7.08.02.03	Municipais	8.000	7.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	273.000	299.000
7.08.03.01	Juros	272.000	298.000
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.573.000	4.131.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	81.000	885.000
7.08.04.02	Dividendos	1.928.000	224.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.438.000	3.011.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	126.000	11.000

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) relativo ao período de janeiro a junho de 2018 (1S18), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) e contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva, bem como o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas na CVM e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Adoção do CPC 47 e CPC 48

Para melhor comparabilidade, as informações do primeiro semestre de 2017 foram ajustadas com os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 e CPC 48.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global deve consolidar crescimento econômico mais forte em 2018. A economia dos EUA cresceu 2,6% nos doze meses encerrados em junho de 2018, uma aceleração em relação aos 2,2% verificados em 2017. Na Zona do Euro, o PIB avançou 2,6% no acumulado dos doze meses encerrados em março de 2018, após 2,4% verificado em 2017. Já na China, após o avanço de 6,9% do PIB em 2017, observou-se uma desaceleração moderada no 2T18 (6,7% ao ano) e espera-se uma moderação adicional da atividade econômica no segundo semestre de 2018.

No cenário doméstico, o PIB avançou 1,3% na variação acumulada nos doze meses encerrados em março de 2018, indicando melhora gradual frente aos 1,0% reportados em 2017 e das contrações observadas em anos anteriores.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego, medida pela PNAD Contínua, encontra-se em 12,4% no trimestre encerrado em junho de 2018, ante 13,0% no mesmo período do ano anterior.

A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 4,4% nos últimos 12 meses findos em junho, ante 3,0% no mesmo período do ano passado. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 11,8% no período, enquanto os preços livres, 2,0%.

A inflação corrente abaixo da meta e a atividade aquém do esperado permitiu flexibilização da política monetária. Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 6,5% ao ano.

2) DESTAQUES/EVENTOS ITAÚSA

ITAÚSA

Movimento Estratégico: Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz S.A.

Em linha com a estratégia de revisão de seu portfólio de investimentos, a Itaúsa concluiu em junho de 2018 a venda da totalidade de sua participação na Elekeiroz (14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais). O valor atribuído para a Elekeiroz foi de R\$ 160 milhões (*Enterprise Value*), resultando em um recebimento pela Itaúsa do valor de aproximadamente R\$ 29 milhões na data do fechamento da transação. Adicionalmente, será recebido o montante de R\$ 27,6 milhões referente a ajustes de preço previstos em contrato. Este valor poderá ainda ser complementado por *earn-outs* decorrentes (a) da performance ou venda de determinados ativos da Elekeiroz, incluindo imóveis não operacionais, (b) do recebimento de certas superveniências ativas e êxito em certos processos judiciais e (c) de eventual atingimento de certa taxa mínima de retorno pelo comprador.

Conselho Fiscal Permanente

Em Assembleia Geral realizada em 12 de abril de 2018, foi aprovada a instalação do Conselho Fiscal de forma permanente, o qual já vinha sendo instalado ininterruptamente desde 1995. Na ocasião, foram eleitos os membros contemplando representantes indicados por acionistas preferencialistas, acionistas minoritários e acionistas controladores. Este movimento corrobora o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa.

Oferta Pública de Aquisição de Ações da Alpargatas (OPA)

Em 07.02.2018 foi deferido pela CVM o pedido de registro da OPA da Alpargatas para aquisição de ações ordinárias de acionistas minoritários. Em 23.03.2018 a Itaúsa comunicou que foi realizado o leilão da OPA e que nenhum acionista da Alpargatas manifestou interesse em aderir, permanecendo inalterada sua participação acionária na Alpargatas.

Comentário do Desempenho

Eventos Societários e Retorno aos Acionistas

Homologação de Aumento de Capital

Em 19.02.2018, o Conselho de Administração deliberou elevar o capital social da Itaúsa, de R\$ 37.145 milhões para R\$ 38.515 milhões, mediante emissão de 175.641.026 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.355.919 ordinárias e 109.285.107 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado. Concluído o processo de subscrição das ações emitidas, o Conselho de Administração homologou esse aumento do capital em 24.05.2018.

Capitalização de reservas de lucros com Bonificação de 10% em Ações Preferenciais

O Conselho de Administração, em 24.05.2018, aprovou bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros no valor de R\$ 5 bilhões. A bonificação atribuiu aos acionistas 1 ação preferencial nova para cada 10 ações ordinárias e/ou preferenciais que possuam no final da data-base de 30.05.2018.

Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em 19.02.2018 o Conselho de Administração alterou o programa de recompra de ações em vigor reduzindo os limites de aquisição para até 77 milhões de ações escriturais de emissão própria (27 milhões ordinárias e 50 milhões preferenciais).

No primeiro semestre de 2018, a Itaúsa adquiriu 2,5 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante de R\$ 22,7 milhões. O processo de aquisição de ações de emissão própria tem por objetivo a aplicação de recursos disponíveis da Companhia, dado o patamar de desconto das ações.

Pagamento de Dividendo Trimestral

Em 02.04.2018, a Itaúsa pagou dividendo trimestral referente ao 4º trimestre de 2017, no valor de R\$ 0,015 por ação com base na posição acionária final do dia 28.02.2018.

EVENTO SUBSEQUENTE:

Remuneração aos acionistas

Reunido em 13.08.2018, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de proventos no montante de R\$ 1.744 milhões, imputados ao valor do dividendo obrigatório de 2018, assim distribuídos:

-  Dividendos de 2018 de R\$ 0,1992 por ação; e
-  Juros sobre Capital Próprio (JCP) de R\$ 0,00960 por ação (R\$ 0,00816 por ação líquidos de IR na fonte).

Esses proventos serão pagos aos acionistas em 30.08.2018, tendo como data-base a posição acionária final do dia 17.08.2018.

Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD

Os Acionistas da Itaúsa, que são correntistas do Itaú no Brasil e que possuam ações no ambiente escritural, podem investir automaticamente os dividendos na compra de ações por meio de adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD. Para aderir ao PRD acesse o Itaú Bankline (www.itaubank.com.br) ou ligue (11)3003-9285 para Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-720-985 para Demais Localidades.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

A Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pela equivalência patrimonial, apurada a partir do resultado de suas controladas. Abaixo estão demonstrados o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Comentário do Desempenho**Demonstração do Resultado Individual - Recorrente**

					Em R\$ Milhões	
	01/01 a 30/06/2018	%	01/01 a 30/06/2017	%	Evolução	Evolução (%)
Setor Financeiro	4.540	98,7%	4.623	99,9%	(83)	-1,8%
Setor não Financeiro	60	1,3%	3	0,1%	57	1900,0%
Alpargatas	11	0,2%	-	0,0%	11	n.a.
Duratex	21	0,5%	1	0,0%	20	2000,0%
Elekeiroz	32	0,7%	8	0,2%	24	300,0%
Itautec	(1)	0,0%	(7)	-0,2%	6	85,7%
Outras Empresas	(3)	-0,1%	1	0,0%	(4)	-400,0%
Total REP Recorrente	4.600	100,0%	4.626	100,0%	(26)	-0,6%
Resultado Próprio da Itaúsa	(259)		(331)		72	21,8%
Receitas/Despesas Financeiras	(26)		5		(31)	
Dividendos/JCP	79		56		23	
Despesas Administrativas	(34)		(23)		(11)	
Despesas Tributárias	(291)		(258)		(33)	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4		5		(1)	
IR/CS	9		(116)		125	
Lucro líquido Recorrente	4.341		4.295		46	1,1%
Resultado não recorrente	106		(175)			
Próprio	(85)		-			
Decorrentes de Participação Acionária no setor financeiro	139		(176)			
Decorrentes de Participação Acionária no setor não financeiro	52		1			
Alpargatas	1		-			
Duratex	51		1			
Lucro Líquido	4.447		4.120		327	7,9%

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As DGAs da Itaúsa somada a estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da Itaúsa, composta por 75 pessoas, totalizaram R\$ 40 milhões no primeiro semestre de 2018, que representam 0,91% do Lucro Líquido do mesmo período.

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO CONSOLIDADO DA ITAÚSA

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro Líquido	4.447	4.120	126	11	4.573	4.131
Lucro Líquido Recorrente	4.341	4.295	35	9	4.376	4.304
Patrimônio Líquido	51.081	48.710	3.165	2.958	54.246	51.668
Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,6%	17,4%	8,2%	0,7%	17,1%	16,4%
Retorno Recorrente Anualizado sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,2%	18,1%	2,3%	0,6%	16,3%	17,1%

Comentário do Desempenho**PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS****Indicadores por Ação - em R\$**

	30/06/2018	30/06/2017	Evolução
Lucro Líquido da Controladora	0,54	0,50	6,4%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,52	0,53	-0,3%
Valor Patrimonial da Controladora	6,07	5,93	2,5%
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,24	0,12	103,3%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,19	8,19	12,2%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	77.304	67.337	14,8%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número total de ações emitidas menos ações em tesouraria e a cotação da ação foram ajustadas para refletir a bonificação de 10% aprovada na RCA de 24 de maio de 2018.

INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa, extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Junho	Sector Financeiro	Sector Não Financeiro		Em R\$ Milhões
					
Ativos Totais	2018	1.469.095	3.679	9.488	62.760
	2017	1.363.414	3.709	9.085	60.156
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	80.447	1.793	2.173	7.293
	2017	100.331	1.667	1.869	6.764
Lucro Líquido	2018	12.129	137	197	4.447
	2017	12.394	242	17	4.120
Patrimônio Líquido (PL)	2018	126.336	2.130	4.996	51.081
	2017	123.425	2.158	4.596	48.710
Retorno Anualizado sobre o PL Médio (%) ⁽²⁾	2018	20,0%	12,7%	8,2%	17,6%
	2017	21,0%	23,2%	0,8%	17,4%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	25.558	236	765	652
	2017	37.758	249	440	272
Participação acionária da Itaúsa ^{(4) (5)}	2018	37,58%	27,55%	36,67%	
	2017	37,29%	n.d.	35,52%	

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Alpargatas e Duratex, : vendas de produtos e serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((jun + mar + dez'17)/3).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram as ações em circulação

Comentário do Desempenho**RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE**

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido	4.447	4.120	126	11	4.573	4.131
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes D= (A + B + C)	(106)	175	(91)	(2)	(197)	173
Próprio (A)	85	-	-	-	85	-
Alienação de Ações da Elekeiroz	85	-	-	-	85	-
Decorrentes de participação acionária no setor financeiro (B)	(139)	176	-	-	(139)	176
Movimentação de Ações em Tesouraria	(142)	168	-	-	(142)	168
Provisão para Contingências	(34)	27	-	-	(34)	27
Realização de Ativos e Redução ao Valor Recuperável	38	3	-	-	38	3
Outros	(1)	(22)	-	-	(1)	(22)
Decorrentes de participação acionária no setor não financeiro (C)	(52)	(1)	(91)	(2)	(143)	(3)
Alpargatas	(1)	-	(3)	-	(4)	-
Duralex	(51)	(1)	(88)	(2)	(139)	(3)
Lucro Líquido Recorrente	4.341	4.295	35	9	4.376	4.304

4) MERCADO DE CAPITAIS

A Itaúsa registrou um *Dividend Yield* de 9,7%, resultado do somatório dos Dividendos e JCPs líquidos distribuídos aos acionistas da Companhia nos últimos 12 meses sobre a cotação de fechamento da ação no trimestre.

Negociadas na B3, as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) eram cotadas ao final de junho deste ano a R\$ 9,18, representando valorização de 13,1% nos 12 meses anteriores, enquanto o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou valorização de 15,7% no mesmo período.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia dispunha de 96.271 acionistas pessoas físicas, crescimento de 48,4% em relação ao verificado no final de junho de 2017.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 223,6 milhões, com média de 25.573 negócios diários.

Desconto Itaúsa

O cálculo do desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido através do somatório dos investimentos da *holding* a valores de mercado ('soma das partes'). Em 29 de junho de 2018, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 24,3% em comparação a 27,5% observado no mesmo período de 2017.

A capitalização de mercado ao final de junho, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 77.304 milhões, enquanto que a soma das participações nas

empresas investidas a valores de mercado atingiu R\$ 102.167 milhões.

A área de Relações com Investidores divulga mensalmente em seu *website* este informativo, o qual pode ser recebido por e-mail mediante cadastro em www.itausa.com.br.

Reunião Pública - APIMEC

Em 12.09.2018, a Itaúsa realizará a sua 18ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a Apimec. O evento será realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP e transmitido ao vivo pela internet.

5) COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS INVESTIDAS

A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. A norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de hedge. Um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como esperadas ao invés de incorridas, como anteriormente.

Governança Corporativa**Conselho Fiscal**

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho foi aprovada a instalação, de modo permanente, do Conselho

Comentário do Desempenho

Fiscal, o qual já vinha sendo instalado anualmente, de forma ininterrupta, desde 2000.

Frentes Estratégicas

Buscando a excelência e a geração de valor diferenciado para seus acionistas e demais públicos, foram definidas as seis prioridades estratégicas com perspectiva de médio e longo prazo, que têm pautado a gestão do Itaú Unibanco: centralidade no cliente, transformação digital, gestão de pessoas, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e internacionalização. Sendo que, permeando todos esses desafios, estão a governança corporativa e a sustentabilidade.

Destaca-se iniciativa relevante relacionada à agenda estratégica no semestre:

Apple Pay e Samsung Pay

O Itaú Unibanco tem investido constantemente em novos produtos e serviços inovadores. No primeiro trimestre de 2018, os clientes do banco passaram a utilizar o Apple Pay (com exclusividade de 3 meses) e em junho, o Samsung Pay. Essas duas ferramentas são novas formas de pagamento no varejo e e-commerce que permitem realizar compras com iPhone, Apple Watch, iPad ou Macbook (Apple Pay) ou com Smartphones Samsung e Smartwatch Gear (Samsung Pay), de forma simples, segura e privativa sem precisar usar um cartão físico. O banco foi a primeira instituição financeira brasileira a oferecer a seus clientes o Apple Pay. Para utilizar, os clientes devem cadastrar seus cartões de crédito Itaúcard ou Credicard ou seus cartões múltiplos Itaú, que tenham a função crédito habilitada (nos aplicativos "Wallet" para Apple ou "Samsung Pay" para Samsung).

Remuneração aos Acionistas

Dividendos e JCP

Em 30 de julho de 2018, o Conselho de Administração do Itaú Unibanco aprovou o pagamento de R\$ 4,7 bilhões em dividendos e JCP, líquidos de imposto de renda, a serem creditados no dia 30 de agosto de 2018, com base na posição acionária de 17 de agosto de 2018. Terão direito a receber R\$ 0,73042 por ação líquidos de imposto de renda.

Até 30 de junho de 2018, o banco pagou, provisionou ou destacou no Patrimônio Líquido R\$ 5,3 bilhões em dividendos e JCP, líquidos de imposto de renda.

Recompra de Ações

No período de janeiro a junho de 2018 foram adquiridas 13,1 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 509,5 milhões ao preço médio de R\$ 38,89 por ação. Cabe ressaltar que, considerando as recompras já efetuadas, o programa vigente ainda permite

a aquisição de outras 14,2 milhões de ações ordinárias e 36,9 milhões de ações preferenciais de emissão própria até 19 de junho de 2019. Em 30 de junho, o saldo de ações preferenciais em tesouraria era de 60.584.295.

Sustentabilidade

Vigeo Eiris Best Emerging Market Performers Ranking

O Itaú Unibanco está presente novamente no Vigeo Eiris Best Emerging Market Performers Ranking, que é composto por 101 empresas de 20 países, que obtiveram maior pontuação em indicadores de direitos humanos, práticas de emprego decente, proteção ambiental, governança corporativa, ética nos negócios e contribuição para o desenvolvimento econômico e social nas áreas onde operam. O Itaú Unibanco integra o índice pela sexta vez consecutiva.

EVENTO SUBSEQUENTE:

Aprovação regulatória da XP Investimentos

O Itaú Unibanco Holding S.A., no dia 9 de agosto último, obteve a autorização do Banco Central do Brasil para a realização do investimento na XP Investimentos S.A. anunciado em maio de 2017. A consumação da Primeira Aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias), através de aporte de R\$ 600 milhões e aquisição de ações de emissão da XP Holding no valor de R\$ 5,7 bilhões, ocorrerá em 31 de agosto de 2018.

O contrato prevê uma única aquisição adicional em 2022, sujeita à aprovação futura do Banco Central do Brasil, a qual, se aprovada, permitirá ao Itaú Unibanco deter até 62,4% do capital social total da XP Holding (equivalente a 40,0% das ações ordinárias), sendo certo que o controle do grupo XP permanecerá inalterado. Além disso o Itaú Unibanco terá o direito de indicar 2 de 7 membros do Conselho de Administração. O Itaú Unibanco assumiu compromisso perante o Banco Central do Brasil de não adquirir o controle acionário da XP Holding durante 8 anos, contados da assinatura do contrato.

Não se espera que a consumação da Primeira Aquisição acarrete efeitos relevantes nos resultados recorrentes da Companhia neste exercício social.

Informações Financeiras Selecionadas

No período de janeiro a junho de 2018, o Itaú Unibanco registrou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 12,1 bilhões, redução de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 5,7% entre os 6 primeiros meses de 2017 e os de 2018, com acréscimo, principalmente, em remuneração e benefícios,

Comentário do Desempenho

sendo que o índice de eficiência ajustado ao risco foi de 60,9%, uma redução de 3,0 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2017.

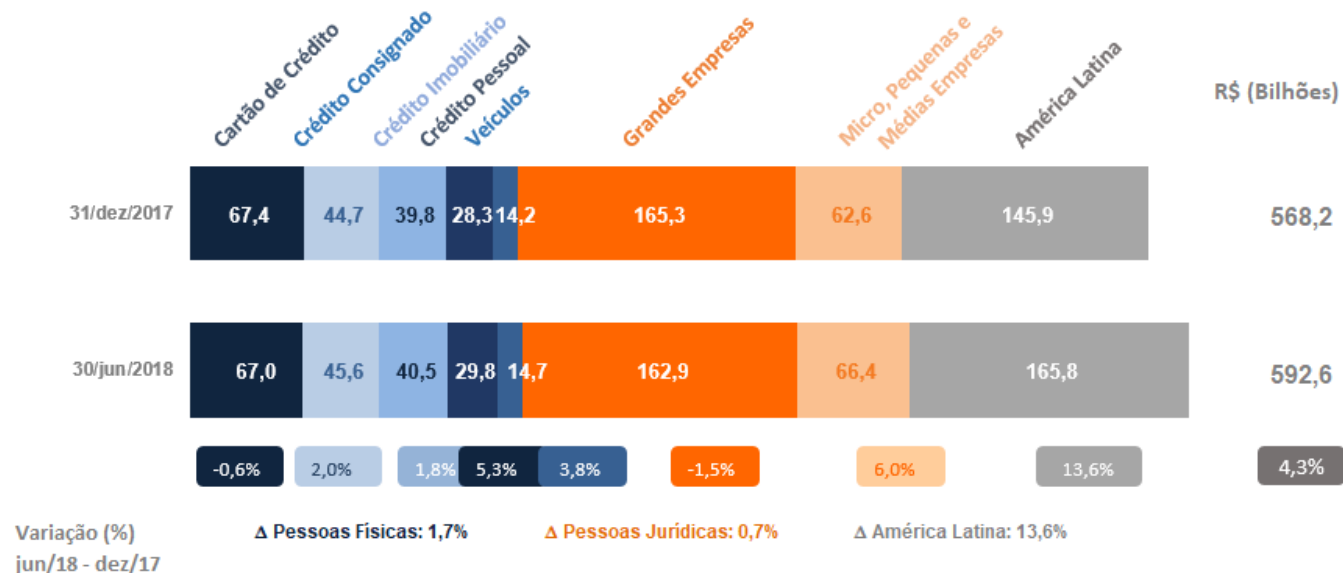
O Itaú Unibanco está presente em 19 países, com um time que soma, em 30 de junho de 2018, 99,9 mil colaboradores. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 8,2 bilhões nos 6 primeiros meses do ano.

Destaca-se no período a evolução das receitas de prestação de serviços, que cresceram 7,6% em relação ao primeiro semestre de 2017, principalmente as

relacionadas a serviços de conta corrente, administração de recursos e cartões de crédito.

A carteira de crédito atingiu R\$ 592,6 bilhões ao final de junho de 2018, representando aumento de 4,3% em relação a dezembro de 2017. No primeiro semestre de 2018, foi observado crescimento de carteiras relacionadas a operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

Detalhamos abaixo a carteira de crédito com garantias financeiras prestadas ao final de junho de 2018:



Gestão de Capital e Distribuição de Resultados

A fim de garantir a solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios do Itaú Unibanco, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. O Itaú Unibanco pretende manter o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de capital nível 1, sendo de, no mínimo, 12% de Capital Principal. Para mais informações, consulte o relatório "Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3" no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, seção 'Governança Corporativa'.

O nível mínimo de capital, tanto regulatório quanto o estabelecido pelo Conselho de Administração está diretamente relacionado ao percentual de dividendos e JCP a ser distribuído aos acionistas, sendo que são fatores para definição sobre esse montante: a lucratividade no ano; as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado nos negócios; programas de recompra de ações fusões ou aquisições e alterações regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e mudanças fiscais. Portanto, o percentual a ser distribuído poderá variar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto em seu Estatuto Social.

O Itaú Unibanco remunera seus acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares, sendo que esses últimos têm ocorrido, historicamente, duas vezes ao ano, e são igualmente distribuídos independentemente da espécie da ação. A Política de Remuneração aos Acionistas está disponível no site de RI www.italu.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas.

Ao final de junho de 2018, o Índice de Basileia atingiu 17,2%, sendo: (i) 15,1% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e (ii) 2,0% referente ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas. O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R\$ 15,8 bilhões em 30 de junho de 2018.

Comentário do Desempenho



No primeiro semestre de 2018, os investimentos consolidados para sustentação das operações (CAPEX) da Alpargatas totalizaram R\$ 31,1 milhões. A maior parte deste montante, R\$ 21,3 milhões, foi investida no 2º trimestre, sendo 55% em expansão do varejo no Brasil e no exterior e o restante em sustentação, modernização de máquinas e equipamentos e atualização tecnológica.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27.04.2018 foram eleitos Luiz Fernando Ziegler de Saint Edmond e Roberto Funari, membros independentes, para compor o Conselho de Administração (que dispõe de 07 Conselheiros). Posteriormente, foram também eleitos para os comitês de Estratégia e de Gente, na condição de coordenadores, em Reunião de Conselho de Administração realizada na mesma data. Ambos possuem ampla experiência em empresas multinacionais.

Suporte à Estratégia e Operação

A partir de 2018 a Companhia estabeleceu a estrutura completa para levar a frente a ambição de crescer ainda mais a marca Havaianas no Brasil e no mercado internacional. Assim, a estrutura de Havaianas conta com 5 mercados: Brasil, EMEA, América do Norte, APAC (Ásia & Pacífico) e LATAM & África.

Com o suporte de consultorias externas especializadas, estão sendo revisados o plano estratégico de Havaianas, que contempla a aceleração da internacionalização e a captura de alavancas de crescimento no Brasil, e também o modelo de *go-to-market* para o mercado Brasil.

Resultados

A receita líquida atingiu R\$ 1.792,7 milhões no primeiro semestre de 2018, 7,5% superior ao mesmo período de 2017. A greve nos transportes, ocorrida no Brasil em maio, causou impacto negativo no abastecimento de matérias primas para as fábricas e no faturamento. Mesmo com o reestabelecimento do transporte em junho, houve postergação de parte do faturamento para o 3º trimestre. No entanto, não houve cancelamentos de pedidos de clientes.

No Brasil, o incremento no faturamento de Havaianas compensou a queda nos demais negócios no segundo trimestre. Em Sandálias Internacional a receita líquida em reais, beneficiada pela valorização do dólar e do euro, foi 0,7% superior ao 2S17, mesmo com a queda de faturamento em moeda local em três das quatro regiões no 2T18.

No mercado interno, o volume de Havaianas e Dupé cresceu 27,6% no semestre, compensando a postergação do faturamento devido à greve dos transportes. Esse resultado é decorrente do melhor giro de produtos nos clientes e pelo lançamento da nova coleção de Havaianas, que teve boa aceitação.

O mercado externo também foi impactado negativamente pela greve dos transportes no Brasil, que prejudicou os embarques, principalmente para a América Latina e Ásia & Pacífico.

Mizuno apresentou queda de volume de vendas no 2T18 por conta dos embarques não realizados durante a greve enquanto que na Argentina, o volume de vendas de calçados esportivos continuou a subir no 2T18 com a importação de Topper, que tem possibilitado atender de maneira eficaz à demanda por produtos de maior valor agregado.

O EBITDA recorrente consolidado no 1S18 somou R\$ 220,8 milhões, crescimento de 27,2% frente ao primeiro semestre de 2017 decorrente do crescimento do lucro bruto (a margem bruta atingiu 46,1%, 1,6 ponto percentual superior à do 1S17). A margem EBITDA recorrente do 1S18 foi 12,3%. O EBITDA contábil, por sua vez, foi impactado pelos seguintes eventos não recorrentes: indenizações trabalhistas na Argentina, provisão de honorários relacionados a contingências e despesas com consultorias.

O lucro líquido consolidado do 1S18 totalizou R\$ 131,2 milhões, redução de 44,0% comparado ao 1S17, com margem líquida de 7,3%, impactado pela redução do EBITDA, maiores despesas financeiras (por variação cambial negativa) e por créditos fiscais ocorrido na Argentina no 2T17.

A geração operacional de caixa somou R\$ 563,3 milhões em 12 meses findos em 30 junho de 2018. Na mesma data, o caixa líquido era de R\$ 39,9 milhões.



Os investimentos consolidados para sustentação das operações totalizaram R\$ 196,6 milhões no primeiro semestre de 2018. No 2T18 esse montante foi de R\$ 115,3 milhões, dos quais R\$ 68,0 milhões para manutenção fabril e projetos e, R\$ 47,3 milhões foram investidos na formação de ativo biológico.

Transações recentes

Nos últimos meses, a Companhia tem revisto seus ativos a fim de identificar oportunidades de melhoria de rentabilidade e geração de caixa. Neste âmbito destacam-se as seguintes transações:

Comentário do Desempenho

Em junho de 2018, a Companhia e o grupo austríaco Lenzing AG anunciaram a criação de uma *joint venture (JV)* para produção de celulose solúvel a partir da exploração do maciço florestal no Triângulo Mineiro pertencente a Companhia, com investimento total aproximado de USD 1 bilhão. A Duratex possui participação de 49% na JV e o começo da produção está previsto para 2022.

Em julho, a Companhia finalizou a venda de ativos florestais no estado de São Paulo para Suzano Papel e Celulose através do exercício da opção de compra por parte da Suzano.

Em continuidade a aquisição da Ceusa em 2017, que marcou a entrada da Companhia no segmento de Revestimentos Cerâmicos, foi anunciado, em julho de 2018 um plano de expansão da capacidade produtiva fabril, que tem por objetivo suportar o aumento da participação de mercado e de possibilitar o aumento de margens e o retorno desta operação. Serão investidos R\$ 94 milhões, entre 2018 e 2019 para modernização das linhas existentes e instalação de uma nova, elevando a capacidade produtiva em 83% para 11 milhões de m² por ano.

Soma-se a estes movimentos a transação com a Eucatex, realizada no início do ano, para alienação de instalações, máquinas e equipamentos dedicados a produção de chapas finas de fibra de madeira.

Resultados

A receita líquida consolidada do primeiro semestre de 2018 totalizou R\$ 2.173,5 milhões, 16,3% superior ao mesmo período do ano anterior. O mercado interno apresentou melhor desempenho no 2T18, favorecido pela maior demanda da Divisão Madeira (com crescimento de volume na venda de painéis, fruto do percebido aquecimento do setor moveleiro, e nas vendas de madeira em pé) e Divisão Deca que, a despeito retomada ainda lenta da construção civil, apresentou volumes crescentes no canal varejo. Adicionalmente, contribuiu também para o crescimento da receita, a incorporação dos resultados da Divisão de Revestimentos Cerâmicos (devido a aquisição da Ceusa em agosto/2017 – incorporada em outubro/2017, após aprovação do CADE).

No mercado externo destaca-se o aumento do volume exportado de painéis de madeira, o melhor desempenho das operações na Duratex Colômbia e os efeitos decorrentes da variação cambial, que elevaram a receita do 1S18 para R\$ 415,9 milhões e crescimento de 34,5% quando comparada a do 1S17.

Na **Divisão Madeira**, as vendas do 1S18 foram impulsionadas por maior volume tanto no mercado local quanto no exterior que, a despeito dos efeitos negativos da

paralisação do setor de transporte de cargas, apresentou melhoria, reflexo da continuidade da recuperação econômica nestes mercados. Houve crescimento de volumes e rentabilidade das operações, seguindo o ritmo gradual de retomada. A margem bruta dessa divisão foi de 26,1%, superior aos 21,8% registrados no 1S17. A receita líquida no 1S18 foi de R\$ 1.375,6 milhões, 17,3% superior ao mesmo período do ano anterior.

O resultado da **Divisão Deca** tem demonstrado ligeira recuperação no 1S18, mesmo com o cenário ainda desafiador da construção civil. No período, o volume expedido permaneceu praticamente estável, destaque para a evolução de 9,1% no volume expedido no 2T18, proveniente principalmente do canal varejo, que mais que compensou a demanda ainda retraída da construção civil (novos empreendimentos). A receita líquida da Divisão Deca no 1S18 foi de R\$ 707,9 milhões, com margem bruta de 26,7%. A evolução positiva da receita líquida no segundo trimestre, com crescimento 12,2% em relação ao primeiro trimestre de 2018, sinaliza a recomposição frente ao cenário negativo apresentado no início de 2018.

As operações de **Revestimentos Cerâmicos**, por meio da marca Ceusa, registraram receita líquida no 1S18 de R\$ 90,0 milhões, com margem bruta de 40,1%. A expedição foi de 2,5 milhões de m² de revestimentos no 1S18. No 2T18 houve uma redução de 1,9% no volume expedido com relação do primeiro trimestre do ano, afetada pela greve do setor de transportes. Devido ao fato de operar com alta taxa de utilização de capacidade, a paralisação afetou diretamente o desempenho do negócio.

O lucro líquido recorrente consolidado no 1S18 foi de R\$ 58,3 milhões, superior em 276,5% comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse resultado desconsidera os efeitos não recorrentes do resultado apurado da venda de terras e florestas em transação com a Suzano.

A Duratex registrou em 30.06.2018, dívida líquida de R\$ 2.163,1 milhões, o que representa um índice de alavancagem de 2,59x (dívida líquida sobre EBITDA ajustado e recorrente), redução no patamar da dívida com relação ao mesmo período do ano anterior, seguindo a trajetória descendente apresentado nos últimos períodos.

Comentário do Desempenho



Resultados

No primeiro semestre de 2018 a receita líquida da NTS atingiu R\$ 1.993 milhões, montante 3,7% inferior ao mesmo período de 2017. O EBITDA totalizou R\$ 1.790 milhões, montante 13,7% superior ao ano anterior devido, principalmente, ao reconhecimento de despesas extraordinárias relacionadas a reestruturação de dívida ocorrida no 1º semestre de 2017. No período a NTS registrou lucro líquido de R\$ 935 milhões, 11,1% superior ao registrado no 1S17.

Dividendos e JCPs (Juros sobre Capital Próprio)

No período de janeiro a junho de 2018 foram recebidos pela Itaúsa dividendos/JCP brutos no montante de R\$ 79,2 milhões e, de janeiro a maio de 2018, a receita de juros sobre as debêntures detidas pela Itaúsa, foi de R\$ 19,1 milhões. Em 15 de maio ocorreu, por parte da NTS, o resgate das debêntures.



A Itaúteco possui participação de 10,31% no capital da Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia de Automação S.A. (Oki Brasil). Essa participação remanescente será vendida em janeiro de 2020 por meio

do exercício de *put option* contra a Oki Electric Industry Co. Ltd. (controladora da Oki Brasil).

Por decisão de sua administração, a Itaúteco deixou de atuar nos segmentos em que originalmente participava. Em 2014, a Companhia encerrou a produção de computadores, tendo ao longo de 2015 vendido a totalidade dos produtos que possuía em estoque. A atividade de fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e a prestação de serviços é hoje desenvolvida pela Oki Brasil. A atuação da Companhia no segmento de Tecnologia da Informação visa basicamente o cumprimento integral dos contratos anteriormente assinados.

Resultados

A receita líquida consolidada do primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 0,3 milhão. O resultado do 2T18 foi impactado positivamente pela receita oriunda do levantamento do depósito judicial efetuado pela Eletrobrás referente a devolução do empréstimo compulsório pago entre as décadas de 70 a 90, com atualização monetária, o qual totalizou R\$ 5,4 milhões. Adicionalmente, houve a baixa definitiva do saldo remanescente do ativo Precatório Suframa no montante de R\$ 2,2 milhões em razão da não expectativa de realização do ativo. Desconsiderados esses eventos, o resultado líquido do 2T18 seria negativo em R\$ 2,7 milhões.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 131 mil colaboradores ao final de junho de 2018, incluindo aproximadamente 18 mil colaboradores em unidades no exterior e 75 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2018, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Comentário do Desempenho

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro a 03 de abril - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 15 de fevereiro a 23 de maio - aquisição de materiais técnicos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento e dedicação com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Notas Explicativas**ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Em 30 de junho de 2018***(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)***NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto participar de outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas) e transporte de gás (Nova Transporte do Sudeste – NTS) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,27% das ações ordinárias e 19,34% das ações preferenciais, 34,43% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 13 de agosto de 2018.

Notas Explicativas

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2018

CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”

O CPC 48 estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esse pronunciamento substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado, a partir da combinação de dois fatores: o modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais do fluxo de caixa dos mesmos. A ITAÚSA adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo assim, os saldos de períodos anteriores estão sendo reapresentados.

Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança o registro da variação no valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo. A ITAÚSA não teve qualquer impacto na adoção do CPC 48 para fins de classificação e mensuração de seus passivos financeiros.

Notas Explicativas

O CPC 48 também substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, que abrange todos os ativos financeiros classificados como custo amortizado e VJORA. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a da situação creditícia específica das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças em fatores econômicos ou conjunturais nas perdas de crédito.

Em relação à Contabilidade Hedge, o CPC 48 não alterou os princípios gerais de como são designados e contabilizados os hedges considerados efetivos de acordo com o CPC 38. Sendo assim, não houve impacto nas demonstrações contábeis da ITAÚSA decorrentes da aplicação do CPC 48 nesse quesito.

O maior impacto decorrente da adoção do CPC 48 nas demonstrações contábeis da ITAÚSA é oriundo dos efeitos apurados pela sua entidade de controle compartilhado ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. A tabela a seguir demonstra os principais efeitos da adoção do CPC 48 nas demonstrações do ITAÚ UNIBANCO na data da aplicação inicial (01/01/2017) e no fechamento de 30/06/2017:

	30/06/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo inicial de acordo com o CPC 38 (IAS 39) - atribuível aos acionistas controladores	125.944	12.370	122.582
Mudança de política contábil de baixa de ativos (a)	2.372	(109)	2.462
Perda esperada - operações de crédito e de arrendamento mercantil (b)	(6.997)	386	(7.385)
Perda esperada - demais ativos financeiros (b)	(1.207)	(676)	(468)
Modificação de ativos financeiros (c)	46	9	36
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (d)	(401)	365	(787)
Impostos diferidos sobre os ajustes	3.725	1	3.712
Participação de acionistas não controladores	(57)	48	(57)
Total de ajustes	(2.519)	24	(2.487)
Saldo de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - atribuível aos acionistas controladores	123.425	12.394	120.095

(a) Mudança de políticas contábeis de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com o CPC 23, o que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada, considerando informações prospectivas

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos do CPC 48.

(d) Alteração do modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pelo CPC 48.

CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”

O CPC 47 está baseado em uma abordagem de cinco etapas, que procura identificar os contratos com clientes, suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Ao final, a entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento, considerando a forma e o momento da transferência dos bens ou serviços aos clientes.

Esse pronunciamento substituiu o CPC 30 / IAS 18 – “Receitas” e o CPC 17 / IAS11- “Contratos de Construção”, bem como as interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação do CPC 47 não foi considerado relevante nas demonstrações contábeis da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os impactos da adoção do CPC 47 e do CPC 48 na ITAÚSA:

	30/06/2017		01/01/2017
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Valores divulgados	49.653	4.111	47.729
Ajustes adoção novos CPCs (*)	(943)	9	(929)
Valores de acordo com o CPC 47 e CPC 48	48.710	4.120	46.800

(*) A contrapartida dos ajustes foi registrada na conta Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

Notas Explicativas

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente:

- Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA e suas controladas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 13. O montante de ativo fiscal diferido em 30/06/2018 era de R\$ 1.303 (R\$ 1.158 em 31/12/2017).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

Notas Explicativas

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 16.

O valor contábil dessas provisões em 30/06/2018 era de R\$ 1.631 (R\$ 1.471 em 31/12/2017).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 56, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 12.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 24b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou, se houver algum indicador, a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

Notas Explicativas**2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS****a) CONSOLIDAÇÃO****I. Subsidiárias**

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/06/2018	Porcentagem do capital em 31/12/2017
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,58%	37,64%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	27,55%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,67%	36,68%
Elekeiroz S.A. (*)	Brasil	Produtos Químicos	-	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	98,93%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%

(*) Em 04/06/2018 ocorreu a venda da totalidade das ações de emissão da Elekeiroz S/A, conforme nota 9c.

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Notas Explicativas

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo das características do fluxo de caixa dos mesmos e dos modelos de negócios utilizados pela entidade para a gestão dos ativos financeiros. As classificações utilizadas são: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde unicamente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda somente ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios que envolva tanto a obtenção de fluxos de caixa contratuais desses instrumentos quanto a venda dos mesmos.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo (negociação). Tais ativos são classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas

II. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e através de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo que os efeitos da mudança no valor justo são reconhecidos, respectivamente, no resultado do período ou em outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros mensurados a custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando os títulos de dívida classificados como a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos na conta destacada do patrimônio líquido ("Ajuste de Avaliação Patrimonial"), são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro". Por outro lado, os ativos de patrimônio classificados como VJORA nunca terão seus efeitos de marcação à valor justo reconhecidos na demonstração do resultado, mesmo se forem vendidos, sendo que tais montantes deverão ser reclassificados para lucros acumulados.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria ITAÚSA e suas controladas.

III. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

IV. Impairment de ativos financeiros

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não são considerados, para fins dessa avaliação, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os instrumentos de patrimônio, mesmo que designados como valor justo através de outros resultados abrangentes.

Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em períodos anteriores.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros atualizada determinada de acordo com o contrato. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA e suas controladas é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Notas Explicativas

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA e suas controladas designam determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Notas Explicativas

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 10.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

I) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 12. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidas do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Notas Explicativas

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 18.

Notas Explicativas

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – "Resultado por Ação".

Notas Explicativas**t) RECEITAS****Receita de Vendas de produtos e serviços**

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setor não financeiro, subdividido em Alpargatas, Duratex e NTS – Nova Transportadora do Sudeste.

As informações por segmento estão apresentadas na Nota 25.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	92	84
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	1.180	71
Certificado de Depósitos Bancários	745	992
Operações Compromissadas	-	71
Total	2.017	1.218

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	30/06/2018	31/12/2017
Investimento - NTS (*)	996	943
Letra Financeira do Tesouro	-	52
Total	996	995

(*) Refere-se a participação de 7,65% da ITAÚSA no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, adquirida em 04 de abril de 2017.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu debêntures conversíveis em ações emitidas pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com vencimento em 10 anos, no valor total de R\$ 444, com remuneração de 100% do CDI mais juros de 4% ao ano.

Em 15/05/2018 ocorreu o resgate antecipado do valor total da debênture, no montante de R\$ 448.

Foi reconhecido no resultado do período, na rubrica Resultado Financeiro, o montante de R\$ 17 (R\$ 15 de 01/01/2017 a 30/06/2017), referente à receita de remuneração destas debêntures.

Notas Explicativas

NOTA 6 – CLIENTES

Contas a receber	30/06/2018	31/12/2017
Clientes no país	894	1.027
Clientes no exterior	164	138
Partes Relacionadas	41	35
Impairment	(86)	(109)
Total	1.013	1.091

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	881	1.025
Vencidos até 30 dias	74	45
Vencidos de 31 a 60 dias	25	16
Vencidos de 61 a 90 dias	11	8
Vencidos de 91 a 180 dias	14	8
Vencidos há mais de 180 dias	94	98
Total	1.099	1.200

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(109)	(100)
Constituição	(9)	(13)
Baixa de títulos	3	4
Baixa Venda Ações Elekeiroz	29	-
Saldo Final	(86)	(109)

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	91	91	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	736	-	736	630	-	630
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	167	34	201	59	32	91
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	7	112	119	4	128	132
Créditos com Precatório	-	-	-	-	2	2
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	29	32	3	27	30
Fomento nas Operações Florestais	-	12	12	-	13	13
Venda de Energia Elétrica	5	-	5	4	-	4
Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 9c)	28	-	28	-	-	-
Outros	33	34	67	25	30	55
Total	979	312	1.291	725	331	1.056
Outros Ativos Não Financeiros						
Propriedade para Investimento	-	25	25	-	26	26
Ativo Mantido para Venda (*)	-	252	252	-	20	20
Outros	-	5	5	22	-	22
Total	-	282	282	22	46	68

(*) Inclui R\$ 225 referente aos ativos relativos às negociações de futura alienação de instalações e equipamentos para o Grupo Eucatex e alienação de terras e fazendas para a Suzano Papel e Celulose, por parte da Duratex S/A.

Notas Explicativas

b) Outros Passivos

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	356	-	356	350	-	350
Provisão de Pessoal	144	-	144	146	-	146
Contas a Pagar aos Sócios Participantes das SCPs (*)	33	94	127	44	94	138
Adiantamento de Clientes	7	2	9	19	5	24
Aquisição de Empresas	32	32	64	37	32	69
Frete e Seguros a Pagar	22	-	22	14	-	14
Comissões a Pagar	10	-	10	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	8	-	8	5	-	5
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	19	4	23	13	4	17
Arrendamento Mercantil	-	9	9	-	9	9
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	32	32	-	25	25
Obrigações a Pagar - NTS	-	290	290	-	245	245
Outras Contas a Pagar	45	11	56	51	42	93
Total	676	474	1.150	687	456	1.143

(*) SCPs - Sociedade em Conta de Participação

NOTA 8 – ESTOQUES

	30/06/2018	31/12/2017
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	264	254
Produtos Acabados	407	385
Produtos em Elaboração	118	104
Almoxarifado Geral	111	124
Adiantamento a Fornecedores	-	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(25)	(31)
Total	875	839

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou R\$ 1.946 (R\$ 1.781 de 01/01/2017 a 30/06/2017).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2016							
Capital Social	97.148	12.430	648	1.962	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.792)	(1.214)	(146)	398	-	-	-
Reservas	26.836	19.069	1.538	2.238	-	48	-
Outros	1.785	-	-	-	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	120.095	30.285	1.976	4.570	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 30/06/2017							
Resultado Líquido	12.394	1.296	242	17	(7)	1	-
Ações em Tesouraria	(759)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(7.947)	(250)	(74)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	227	59	14	8	-	-	-
Outras Movimentações	(585)	(166)	-	1	1	-	-
Patrimônio Líquido em 30/06/2017							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	40
Ações em Tesouraria	(2.571)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.565)	(1.154)	(132)	406	-	-	-
Reservas	30.864	18.878	1.706	2.256	-	49	-
Outros	1.549	-	-	-	(6)	-	(38)
Saldo Contábil em 30/06/2017	123.425	31.224	2.158	4.596	50	311	2
Patrimônio Líquido em 31/12/2017							
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	56	262	45
Ações em Tesouraria	(2.743)	-	(64)	(28)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.632)	(908)	(149)	417	-	-	-
Reservas	37.675	20.939	1.751	2.364	-	43	-
Outros	1.930	-	-	-	(23)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2017	131.378	33.531	2.186	4.715	33	305	2
Movimentações de 01/01 a 30/06/2018							
Resultado Líquido	(5.042)	(1.385)	(56)	281	(1)	(3)	-
Ações em Tesouraria	12.129	(444)	137	197	(1)	(3)	-
Ações em Tesouraria	239	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(16.157)	(514)	(170)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(812)	(214)	(18)	88	-	-	-
Outras Movimentações	(441)	(213)	(5)	(4)	-	-	-
Patrimônio Líquido em 30/06/2018							
Capital Social	97.148	16.000	648	1.962	56	262	47
Ações em Tesouraria	(1.978)	-	(64)	(27)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.444)	(1.123)	(167)	505	-	-	-
Reservas	32.828	17.269	1.713	2.556	-	40	-
Outros	1.782	-	-	-	(24)	-	(45)
Saldo Contábil em 30/06/2018	126.336	32.146	2.130	4.996	32	302	2

Notas Explicativas**b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto**

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto			Subsidiárias			
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 30/06/2017	3.351.741.143	710.454.184	241.608.551	689.298.742	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	241.608.577	691.784.501	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(26)	(2.485.759)	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 30/06/2017	3.146.902.006	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(83.661.320)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/06/2017	6.498.643.149	1.061.396.457	463.053.400	689.298.742	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/06/2017	1.296.050.600	706.169.365	-	246.568.698	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	-	246.568.698	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/06/2017							
No Capital Social	19,94%	66,53%	0,00%	35,77%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	0,00%	35,77%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 30/06/2018	3.305.526.906	710.454.184	241.608.525	689.373.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.305.526.906	710.454.184	241.608.551	691.784.501	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	-	-	(26)	(2.410.659)	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/06/2018	3.169.979.031	350.942.273	221.444.849	-	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	(60.584.295)	-	(7.396.377)	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/06/2018	6.475.505.937	1.061.396.457	463.053.374	689.373.842	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/06/2018	1.296.050.600	706.169.365	127.591.556	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	103.623.035	252.807.715	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	23.968.521	-	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/06/2018							
No Capital Social	(1) 20,02%	66,53%	27,55%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 39,21%	50,00%	42,89%	36,67%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 20,02% e indireta de 17,56%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,4% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,58% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 39,21% e indireta de 25,86%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 65,06% de participação no capital votante.

Notas Explicativas

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2016									
Participação Societária	23.899	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.142
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	79	-	-	-	-	-	-	-	79
Goodwill	460	-	-	-	-	-	-	-	460
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.426	20.149	-	1.619	108	55	310	2	46.669
Movimentações de 01/01 a 30/06/2017	709	625	-	20	8	(7)	1	-	1.356
Resultado de Participação Societária	3.585	862	-	2	8	(7)	1	-	4.451
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.794)	(166)	-	-	-	-	-	-	(2.960)
Aquisições de Ações	-	-	-	16	-	-	-	-	16
Venda de Ações	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outros Resultados Abrangentes	45	40	-	3	-	-	-	-	88
Outras Movimentações	(127)	(111)	-	1	-	-	-	-	(237)
Saldo do Investimento em 30/06/2017									
Participação Societária	24.614	20.774	-	1.639	116	48	311	2	47.504
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	73	-	-	-	-	-	-	-	73
Goodwill	460	-	-	-	-	-	-	-	460
Saldo Contábil em 30/06/2017	25.135	20.774	-	1.639	116	48	311	2	48.025
Valor de Mercado em 30/06/2017 (*)	89.498	-	-	2.000	180	171	-	-	91.849
Saldo do Investimento em 31/12/2017									
Participação Societária	26.339	22.308	602	1.723	146	32	304	2	51.456
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	68	-	548	-	-	-	-	-	616
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	1.723	146	32	304	2	53.119
Movimentações de 01/01 a 30/06/2018	(1.058)	(921)	(40)	102	(146)	(1)	(3)	-	(2.067)
Resultado de Participação Societária	4.975	(296)	12	72	32	(1)	(3)	-	4.791
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.710)	(342)	(46)	-	-	-	-	-	(6.098)
Venda de Ações	-	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)
Outros Resultados Abrangentes	(161)	(143)	(5)	32	-	-	-	-	(277)
Outras Movimentações	(162)	(140)	(1)	(2)	-	-	-	-	(305)
Saldo do Investimento em 30/06/2018									
Participação Societária	25.287	21.387	587	1.825	-	31	301	2	49.420
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Identificáveis	62	-	523	-	-	-	-	-	585
Goodwill	460	-	599	-	-	-	-	-	1.059
Saldo Contábil em 30/06/2018	25.797	21.387	1.709	1.825	-	31	301	2	51.052
Valor de Mercado da Participação em 30/06/2018 (*)	97.942	-	1.544	2.184	-	165	-	-	101.835

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Alienação do Controle Acionário da Elekeiroz

Em 04/06/2018 a Itaúsa concluiu a venda da totalidade das ações da Elekeiroz S.A, de sua titularidade, representadas por 14.261.761 ações ordinárias e 16.117.360 ações preferenciais, ao Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

Em razão do fechamento da transação, a Itaúsa recebeu R\$ 29. Adicionalmente, será recebido o montante de R\$ 28 referente a ajustes de preço previstos em contrato.

Notas Explicativas**d) Participação na Alpargatas S.A.**

Em 12 de julho de 2017, a ITAÚSA firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("BW") e Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy"), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a ITAÚSA passou a deter, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas (27,55% considerando somente a quantidade de ações em circulação). Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela ITAÚSA de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a ITAÚSA, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

De acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", a participação da ITAÚSA na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data de aquisição.

A aquisição da empresa foi contabilizada tendo por base estudos para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, em cumprimento ao CPC 15 / IFRS 3 – "Combinação de Negócios", a ITAÚSA monitorará as variáveis utilizadas nesses estudos e os fatos e circunstâncias relacionados às empresas durante o período de até 12 meses, com o objetivo de proceder a eventuais ajustes (os quais não se espera sejam relevantes), caso necessário.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Alpargatas, na data de aquisição, é apresentado a seguir:

	31/08/2017
Ativos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	4.970
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	227
Contas a Receber de Clientes	508
Demais Contas a Receber	120
Estoques	598
Investimentos em Controladas	1.074
Intangíveis	1.536
Ativos Imobilizados	767
IR e CS Diferidos	58
Demais Ativos	82
Passivos Mensurados ao Valor Justo na Aquisição	(828)
Empréstimos e Financiamentos	(359)
Fornecedores	(229)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(37)
Impostos e Contribuições	(12)
Obrigações com Pessoal	(112)
Demais Passivos	(79)
Ativos Líquidos ao Valor Justo na Aquisição	4.142
% de participação adquirida pela Itaúsa	27,55%
Participação Adquirida pela Itaúsa (ao valor justo) (a)	1.141
Preço de Aquisição – Contraprestação Transferida (b)	1.740
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura - Goodwill (b - a)	599

O quadro a seguir demonstra as principais informações das demonstrações contábeis da Alpargatas em 30/06/2018:

Informações	30/06/2018
Total de Ativos	3.003
Total de Passivos	873
Total do Patrimônio Líquido	2.130
Resultado Líquido	137

Notas Explicativas**II) ITAÚSA CONSOLIDADO****a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto**

Investimentos	Controladas em Conjunto			Associadas		Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Nexoleum	Viva Decora	
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 30/06/2017	3.585	862	-	-	-	4.447
Saldo Contábil do Investimento em 31/12/2017	26.855	22.308	1.749	16	6	50.934
Resultado de Participação Societária de 01/01 a 30/06/2018	4.975	(296)	12	-	-	4.691
Saldo Contábil do Investimento em 30/06/2018	25.797	21.387	1.709	-	6	48.899

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos ^(*)	30/06/2018	31/12/2017
Ativos	1.469.099	1.436.244
Disponibilidades	25.402	18.749
Ativos Financeiros	831.513	832.532
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	522.492	497.719
Ativos Fiscais	46.979	44.254
Demais Ativos	42.713	42.990
Passivos	1.329.512	1.294.279
Passivos Financeiros	1.082.030	1.056.683
Provisão de Seguros e Previdência Privada	189.493	181.232
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	19.192	19.736
Demais Passivos	38.797	36.628

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receita de Juros e Rendimentos	65.196	76.811
Despesa de Juros e Rendimentos	(33.308)	(43.651)
Lucro antes dos Impostos	11.938	17.076
Imposto de Renda e Contribuição Social ^(*)	513	(4.421)
Lucro Líquido	12.451	12.655
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	12.129	12.394
Outros Resultados Abrangentes	(812)	227
Resultado Abrangente	11.317	12.621

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
Movimentações de 01/01 a 30/06/2017	5	(10)	(62)	(1)	-	13	4	(51)
Aquisições	-	2	13	1	-	86	5	107
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(18)	(146)	(2)	(1)	-	(9)	(176)
Transferências	-	6	58	-	1	(73)	8	-
Impairment	-	-	13	-	-	-	-	13
Outros	5	-	1	-	-	-	-	6
Saldo em 30/06/2017								
Custo	760	1.128	4.745	62	61	138	213	7.107
Depreciação Acumulada	-	(464)	(2.590)	(42)	(52)	-	(131)	(3.279)
Impairment	-	(9)	(119)	(1)	-	(8)	-	(137)
Saldo Contábil, líquido	760	655	2.036	19	9	130	82	3.691
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2017								
Custo	760	1.179	4.813	64	64	144	223	7.247
Depreciação Acumulada	-	(479)	(2.688)	(43)	(53)	-	(139)	(3.402)
Impairment	-	(12)	(181)	(1)	-	(8)	26	(176)
Saldo Contábil, líquido	760	688	1.944	20	11	136	110	3.669
Movimentações de 01/01 a 30/06/2018	(99)	2	(65)	(1)	-	(42)	(26)	(231)
Aquisições	8	5	21	1	1	68	6	110
Baixas	(56)	-	(4)	-	-	-	-	(60)
Depreciação	-	(17)	(129)	(2)	(1)	-	(9)	(158)
Transferências (*)	(56)	6	56	-	-	(99)	4	(89)
Outros	15	12	28	-	-	-	1	56
Venda Ações Elekeiroz	(10)	(4)	(37)	-	-	(11)	(28)	(90)
Saldo em 30/06/2018								
Custo	661	1.145	4.351	60	63	94	229	6.603
Depreciação Acumulada	-	(455)	(2.472)	(41)	(52)	-	(145)	(3.165)
Saldo Contábil, líquido	661	690	1.879	19	11	94	84	3.438
Taxas Médias Anuais de Depreciação	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a

Notas Explicativas

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	259	412	792
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	223	537
Movimentações de 01/01 a 30/06/2017					
Aquisições	4	-	-	-	4
Amortização	(4)	-	-	(13)	(17)
Saldo em 30/06/2017					
Custo	102	17	259	412	790
Amortização Acumulada	(63)	-	-	(202)	(265)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	38	17	259	210	524
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2017					
Custo	108	64	359	412	943
Amortização Acumulada	(68)	-	-	(215)	(283)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	39	64	359	197	659
Movimentações de 01/01 a 30/06/2018					
Aquisições	10	-	9	-	19
Amortização	(4)	(1)	-	(14)	(19)
Venda Ações Elekeiroz	(2)	-	-	-	(2)
Outros	-	-	-	2	2
Saldo em 30/06/2018					
Custo	107	64	368	415	954
Amortização Acumulada	(64)	(1)	-	(230)	(295)
Impairment	-	-	-	-	-
Saldo Contábil, líquido	43	63	368	185	659
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) dos investimentos consolidados é decorrente das seguintes aquisições:

	30/06/2018	31/12/2017
Aquisições		
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	5
Metalúrgica Jacareí	2	2
Ceusa e Massima	99	99
Caetex Florestal	9	-
Saldo Contábil, líquido	368	359

Notas Explicativas

NOTA 12 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA detém, através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de junho de 2018, essas empresas possuíam aproximadamente 173,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (179,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2017) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 30 de junho de 2018. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	994	1.045
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	565	654
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.559	1.699

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Notas Explicativas**c) Movimentação**

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.699	1.529
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	72	215
Exaustão	(95)	(123)
Transferência para Outros Ativos (*)	(66)	-
Variação do Valor Histórico		
Formação	97	176
Exaustão	(75)	(98)
Transferência para Outros Ativos (*)	(73)	-
Saldo final	1.559	1.699
(*) Refere-se à transferência para ativo disponível para venda, conforme nota 7a		
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(23)	20
Variação do Valor Justo	72	81
Exaustão do Valor Justo	(95)	(61)

Notas Explicativas**NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A ITÁÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.208	4.620	2.143	4.247
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(751)	(1.571)	(729)	(1.444)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	696	1.524	778	1.328
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	700	1.595	721	1.511
Dividendos sobre Investimentos Avaliados ao Custo	12	24	19	19
Juros Sobre o Capital Próprio	(19)	(104)	30	(208)
Outras	3	9	8	6
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(55)	(47)	49	(116)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(13)	20	585
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	(1)	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	16	18
Provisões para Passivos Contingentes	323	(9)	162	476
IR sobre Lucros no Exterior	-	-	11	11
Outros	47	(4)	15	58
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(27)	224	1.158
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	3	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(6)	3	(1)	(4)
Resultado do Swap	(32)	28	-	(4)
Depreciação	(13)	-	(2)	(15)
Planos de Pensão	(37)	-	(2)	(39)
Venda de Imóvel	(18)	-	(1)	(19)
Ativos Biológicos	(192)	-	(31)	(223)
Carteira de Clientes	(76)	5	-	(71)
Outras Obrigações	(74)	1	(3)	(76)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	40	(40)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	13	184	662

Notas Explicativas

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2018
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social (*)	585	(8)	92	669
Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	10	(1)	1	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	18	-	1	19
Provisões para Passivos Contingentes (*)	476	(7)	65	534
IR sobre Lucros no Exterior	11	-	-	11
Outros (*)	58	(14)	16	60
Total do Ativo Fiscal Diferido	1.158	(30)	175	1.303
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(45)	1	-	(44)
Valor Presente de Financiamento	(4)	1	-	(3)
Resultado do Swap	(4)	-	(6)	(10)
Depreciação	(15)	-	(1)	(16)
Planos de Pensão (*)	(39)	1	-	(38)
Venda de Imóvel	(19)	5	-	(14)
Ativos Biológicos	(223)	7	-	(216)
Carteira de Clientes	(71)	5	(3)	(69)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(103)	(103)
Outras Obrigações (*)	(76)	-	(17)	(93)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	20	(130)	(606)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	662	(10)	45	697

(*) Nessas rubricas foram baixados os valores relativos à Elekeiroz, que totalizavam R\$ 18, em função da venda do seu controle acionário (nota 9c).

II – Abaixo demonstramos a estimativa de realização do Ativo Fiscal Diferido:

Ano	30/06/2018
2018	117
2019	369
2020	543
2021	39
2022	49
2023 em diante	186
Total	1.303

III – Em 30/06/2018, os créditos tributários não constituídos totalizam R\$ 137.

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 24/05/2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 30 de junho de 2018 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.208 (R\$ 1.208 em 31/12/2017).

Notas Explicativas

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/06/2018		31/12/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
BNB	9,50% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	9	19
BNDES	IPCA + 1,96% a 2,26% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	2	7
BNDES	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	2	1	3	2
BNDES	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	1	1
BNDES	Selic + 2,16% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	-	-	1	-
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - 70% Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	53	75	42	102
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	12	20
CCB - Safra	108,00% CDI	-	-	-	200	-
CRA	98,00% CDI	Fiança Duratex S.A	1	693	1	692
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8% a 107,5% CDI	-	209	438	203	534
CREDITO EXPORTAÇÃO com Swap	5,60% a 9,00% a.a.	-	-	-	20	-
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	-	-	-	4	-
EXIM SELIC	Selic + 3,60% a.a.	Nota promissória	-	-	56	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,30% a.a.	Nota promissória	-	-	117	-
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 2,50% a 7,90% a.a.	-	2	384	-	-
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	2	1	3
FINAME	5,60% a 9,00% a.a.	Alienação fiduciária e fiança	1	4	1	5
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	1	-	1
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Alienação fiduciária e nota promissória	14	36	11	44
FINAME	TJLP + 4,00% a 4,50% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	1	6	1	6
FINEP	3,50% a 4,00% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	6	5
FNE	7,53% a.a.	Fiança Duratex Florestal Ltda.	-	5	-	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia. Ligna de Investimentos	31	36	29	50
NCE – SAFRA	127,0% a 129,25% CDI	-	-	-	27	25
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	38	71	41	106
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	-	-	523	-	505
Total Moeda Nacional			353	2.275	788	2.127
Moeda Estrangeira						
4131 – SAFRA	131,7% CDI	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	17	-
BNDES	Variação Cambial+ 2,12 a 2,16% a.a.	Aval - Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	-	-	3	4
CII	Libor + 3,95% a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	-	1	-
LEASING	DTF + 2,00%	Nota promissória	-	1	-	1
NCE – ABC	127,0% a 129,25% CDI	-	-	-	7	7
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,11% a 3,66% a.a.	Nota promissória	93	90	232	181
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + Libor + 1,50% a.a.	Nota promissória	1	177	2	178
Total Moeda Estrangeira			94	268	262	371
Total Itaúsa Consolidado			447	2.543	1.050	2.498
<i>(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.</i>						
Vencimento			30/06/2018		31/12/2017	
2019				451		785
2020				1.301		925
2021				82		86
2022				699		697
2023				3		2
2024				2		3
2025				2		-
2026				3		-
Total			2.543		2.498	
Reconciliação da dívida líquida			30/06/2018		31/12/2017	
Empréstimos de curto prazo				447		1.050
Empréstimos de longo prazo				2.543		2.498
Total da dívida			2.990		3.548	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)			(2.017)		(1.218)	
Dívida líquida			973		2.330	

Notas Explicativas**NOTA 16 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/06/2018	31/12/2017
Tributário (*)	192	210
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985	120	119
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	13
INSS - Contribuições Previdenciárias	42	37
PIS e COFINS	3	21
Outros	14	20
Cível (*)	-	18
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	-	15
Outros	-	3
Total	192	228

(*) Em 30 de junho de 2018, não foram considerados os valores relativos à Elekeiroz em função da venda do seu controle acionário (nota 9c).

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização/Multa	242	10	2	254
Constituição	199	47	4	250
Reversão	(20)	(19)	(6)	(45)
Pagamentos/Conversão em Renda	(14)	(35)	(10)	(59)
Aquisição/Combinação de Negócios - Ceusa e Massima	9	6	20	35
Transferência para Outros Passivos (*)	(5)	-	-	(5)
Saldo Final	1.330	109	32	1.471
(-) Depósitos Judiciais	(33)	(22)	-	(55)
Saldo em 31/12/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.297	87	32	1.416

(*) Refere-se à controlada Duratex face à adesão da empresa ao programa de parcelamento.

Notas Explicativas

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	1.330	109	32	1.471
Atualização/Multa	29	4	2	35
Constituição	161	18	2	181
Reversão	-	(16)	(2)	(18)
Pagamentos/Conversão em Renda	(4)	(12)	-	(16)
Baixa - Venda do Controle Acionário da Elekeiroz	(3)	(12)	(7)	(22)
Saldo Final	1.513	91	27	1.631
(-) Depósitos Judiciais	(215)	(20)	-	(235)
Saldo em 30/06/2018 após compensação Depósitos Judiciais	1.298	71	27	1.396

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – R\$ 1.433: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS pelo regime cumulativo.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de junho de 2018, esses processos totalizavam R\$ 1.102 para causas tributárias, R\$ 55 para causas trabalhistas e R\$ 13 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 561: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 284 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 52: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 51: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 18: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 15: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

Notas Explicativas**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

Em reunião de 24/05/2018, o Conselho de Administração homologou as seguintes deliberações:

- Elevar o capital social subscrito e integralizado de R\$ 37.145 para R\$ 38.515, mediante emissão de 175.641.026 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 66.355.919 ordinárias e 109.285.107 preferenciais, para subscrição particular ao preço de R\$ 7,80 por ação;
- Elevar o capital social subscrito e integralizado de R\$ 38.515 para R\$ 43.515, mediante capitalização de reservas de lucros. Foram emitidas 764.927.089 novas ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação preferencial nova para cada 10 (dez) ações ordinárias e/ou preferenciais que possuíam na data-base;

O capital subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 43.515, dividido em 8.414.197.988 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.889.839.643 ações ordinárias e 5.524.358.345 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de 12.000.000.000 de ações, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos ao final do exercício de 2017 e junho de 2018:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2017	(31.447.330)	74.969.579	43.522.249	740
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(77.789.229)	-	(77.789.229)	-
Subscrição de Ações	46.341.899	74.969.579	121.311.478	740
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Residentes no País	2.821.665.246	2.693.462.873	5.515.128.119	27.411
Residentes no Exterior	1.818.478	1.956.683.276	1.958.501.754	9.734
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	-
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	-
Em Circulação em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 30/06/2018	66.355.919	874.212.196	940.568.115	6.370
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Bonificação de 10% em Ações	-	764.927.089	764.927.089	-
Subscrição de Ações	66.355.919	109.285.107	175.641.026	1.370
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2018	2.889.839.643	5.524.358.345	8.414.197.988	43.515
Residentes no País	2.887.864.020	3.398.596.417	6.286.460.437	32.511
Residentes no Exterior	1.975.623	2.125.761.928	2.127.737.551	11.004
Ações em Tesouraria em 30/06/2018	-	(2.500.000)	(2.500.000)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações Adquiridas (*)	-	(2.500.000)	(2.500.000)	-
Em Circulação em 30/06/2018	2.889.839.643	5.521.858.345	8.411.697.988	43.515

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo médio unitário de R\$ 9,07.

Notas Explicativas**b) Ações em Tesouraria**

No período de 01/01 a 30/06/2018 a ITAÚSA negociou com suas próprias ações, conforme segue:

	Quantidade		Valor
	Ordinárias	Preferenciais	
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)
Cancelamento de Ações	(50.970.229)	-	(50.970.229)
Ações Adquiridas	77.789.229	-	77.789.229
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-
Ações Adquiridas	-	2.500.000	2.500.000
Ações em Tesouraria em 30/06/2018	-	2.500.000	2.500.000

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	4.447	
(-) Reserva Legal	(222)	
Base de Cálculo do Dividendo	4.225	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.056	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	1.997	47,27%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	1.056	-	1.056
Dividendos	1.056	-	1.056
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 02/07/2018	126	-	126
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/10/2018	126	-	126
1 parcela de R\$ 0,0956 por ação a ser paga em 30/08/2018	804	-	804
Adicionais (Registrados em Reservas de Lucros)	953	(12)	941
Dividendos	872	-	872
1 parcela de R\$ 0,1036 por ação a ser paga em 30/08/2018	872	-	872
Juros sobre o Capital Próprio	81	(12)	69
1 parcela de R\$ 0,0096 por ação a ser paga em 30/08/2018	81	(12)	69
Total em 30/06/2018 - R\$ 0,2374 líquido por ação	2.009	(12)	1.997
Total em 30/06/2017 - R\$ 0,1187 líquido por ação ⁽¹⁾	1.109	(133)	976

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações.

d) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

Notas Explicativas• **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/06/2018	31/12/2017
Reservas de Lucros	8.636	15.356
Legal	1.496	1.374
Estatutárias	7.140	13.982
Equalização de Dividendos	2.538	4.518
Reforço do Capital de Giro	1.645	1.594
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.004	2.868
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	953	5.002
Reservas de Capital	524	719
Total das Reservas na Controladora	9.160	16.075

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio que excedem ao dividendo mínimo obrigatório.

Detalhamento das Reservas	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Total das Reservas
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldo em 31/12/2017	719	1.374	13.982	16.075
Constituição de Reservas	-	222	2.216	2.438
Aumento de Capital com Reservas	-	(100)	(4.900)	(5.000)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	953	953
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017	-	-	(5.002)	(5.002)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio não Reclamados	-	-	1	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	(195)	-	(110)	(305)
Saldo em 30/06/2018	524	1.496	7.140	9.160

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**NOTA 18 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES****Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2018
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74	9,02
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00	5,19
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,1 anos	3,9 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos. Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Notas Explicativas

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência					Demais Períodos
					31/12/2017	30/06/2018			Vencidas	2007 a 2015	2016	2017	2018	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	-	-	8,88	-	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.132.434	1.132.434	7,26	19	-	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	-	-	3,98	-	9	9	-	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	685.019	685.019	7,04	9	-	9	-	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.227.778	1.215.323	5,11	9	-	9	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	658.552	652.757	5,69	6	-	7	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.025.843	1.017.620	6,54	8	-	7	2	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	1.872.257	1.862.299	4,48	9	-	4	2	2	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	990.050	914.400	4,00	6	-	-	1	1	1	2
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	até 31/12/2026	9,02	-	1.046.595	5,19	9	-	-	-	-	-	9
Soma	20.720.343				7.591.933	8.526.447		75	35	90	5	3	1	11
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%
Valor apurado								73	34	86 ⁽¹⁾	5 ⁽²⁾	3 ⁽³⁾	1 ⁽⁴⁾	10 ⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor contabilizado contra o resultado no 1º semestre de 2018.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 30 de junho de 2018 a Duratex S.A. possuía 2.410.659 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

NOTA 19 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	1.656	3.241	1.431	2.912
Mercado Interno	1.366	2.719	1.244	2.552
Mercado Externo	290	522	187	360
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(316)	(639)	(292)	(595)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.340	2.602	1.139	2.317

NOTA 20 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Variação do valor justo dos ativos biológicos	29	72	38	81
Variação nos estoques de produtos acabados	103	180	95	149
Matérias-primas e materiais de consumo	(697)	(1.407)	(641)	(1.308)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(250)	(494)	(248)	(479)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(197)	(332)	(129)	(270)
Despesas de transporte	(95)	(174)	(81)	(160)
Despesas de publicidade	(23)	(44)	(44)	(80)
Outras despesas	(115)	(237)	(91)	(185)
Total	(1.245)	(2.436)	(1.101)	(2.252)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Custo dos produtos e serviços	(999)	(1.946)	(860)	(1.781)
Despesas com vendas	(175)	(340)	(165)	(322)
Despesas gerais e administrativas	(71)	(150)	(76)	(149)
Total	(1.245)	(2.436)	(1.101)	(2.252)

Notas Explicativas**NOTA 21 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Amortização Intangível	(9)	(18)	(8)	(16)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	7	4	-	(2)
Resultado na Venda de Imobilizado	183	196	7	18
Receita de Aluguel	3	6	2	4
Crédito prêmio IPI	-	-	32	32
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS	37	78	56	56
Resultado na Venda de Investimento Elekeiroz (Nota 9c)	(121)	(121)	-	-
Outros	17	23	2	7
Total	117	168	93	99

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	81	118	66	147
Variação cambial ativa	32	40	8	13
Atualizações monetárias (receita)	4	13	7	23
Juros e descontos obtidos	8	9	13	17
Outras receitas financeiras	-	1	1	2
Total das Receitas Financeiras	125	181	95	202
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	(163)	(243)	(129)	(181)
Variação cambial passiva	(58)	(66)	(25)	(30)
Atualizações monetárias (despesa)	(16)	(31)	(23)	(45)
Operações com derivativos	65	65	25	(26)
Taxas bancárias	(3)	(7)	(6)	(9)
Imposto de operações financeiras	-	(2)	(1)	(1)
Outras	(3)	(9)	(7)	(15)
Total da Despesas Financeiras	(178)	(293)	(166)	(307)
Total do Resultado Financeiro	(53)	(112)	(71)	(105)

Notas Explicativas**NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/04 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido	2.047	4.447	2.176	4.120
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(55)	(54)	(54)	(53)
Subtotal	1.992	4.393	2.122	4.067
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(29)	(28)	(28)	(28)
Subtotal	1.963	4.365	2.094	4.039
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	674	1.499	722	1.398
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.289	2.866	1.372	2.641
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	703	1.527	750	1.426
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.344	2.920	1.426	2.694
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.867.721.003	2.845.602.364	2.825.349.910	2.826.730.982
Ações Preferenciais	5.481.241.942	5.439.375.539	5.370.206.909	5.342.856.171
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,25	0,54	0,27	0,50
Ações Preferenciais	0,25	0,54	0,27	0,50

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas**NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de junho de 2018 com 8.770 participantes (8.736 em 31 de dezembro de 2017).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a) no total de R\$ 112 (R\$ 123 em 31 de dezembro 2017). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 1 (despesa de R\$ 1 de 01/01/2017 a 30/06/2017).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 30 junho de 2018, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 7a), era de R\$ 7 (R\$ 9 em 31/12/2017), a ser realizado em 12 (doze) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2018	30/06/2017
Taxa de Desconto	9,75% a.a.	11,14% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	6,62 % a.a.	7,23 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.
Inflação	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex, Alpargatas e Nova Transportadora do Sudeste - NTS, que atuam no setor não financeiro, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Setor Financeiro

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de junho de 2018 podem ser acessadas no site <https://www.itaui.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Setor não Financeiro

No setor não financeiro temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:

I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, revestimentos cerâmicos e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca, Ceusa e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

III) Nova Transportadora do Sudeste - NTS: transporta, através de gasodutos, gás para distribuidoras e usinas térmicas de SP, RJ e MG, região responsável pela geração de grande parte do PIB do país. A ITAÚSA investe na NTS juntamente com outros sócios e esse investimento está contabilizado como um Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado, de acordo com o CPC 48.

Apresentamos a seguir os principais indicadores das empresas do portfólio ITAÚSA, extraídos das respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

Notas Explicativas

		Setor Financeiro	Setor Não Financeiro		
					
	Janeiro a Junho				
Ativos Totais	2018	1.469.095	3.679	9.488	62.760
	2017	1.363.414	3.709	9.085	60.156
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2018	80.447	1.793	2.173	7.293
	2017	100.331	1.667	1.869	6.764
Lucro Líquido	2018	12.129	137	197	4.447
	2017	12.394	242	17	4.120
Patrimônio Líquido (PL)	2018	126.336	2.130	4.996	51.081
	2017	123.425	2.158	4.596	48.710
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽²⁾	2018	20,0%	12,7%	8,2%	17,6%
	2017	21,0%	23,2%	0,8%	17,4%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2018	25.558	236	765	652
	2017	37.758	249	440	272

(1) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Alpargatas e Duratex: Vendas de Produtos.

(2) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'17 + mar + jun) / 3.

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas**NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2018	31/12/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Aplicações Financeiras	19	37	1	1
Itaú Unibanco S.A.	19	37	1	1
Clientes	41	35	98	75
Partes Relacionadas de Controladas (*)	41	35	98	75
Prestação de Serviços/Aluguéis	(9)	-	(2)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(2)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	(9)	-	-	(1)
Total	51	72	97	74

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A. e Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 1 de 01/01 a 30/06/2017), em função da utilização da estrutura comum.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Duratex S.A.	92	104
Itautec S.A.	-	4
Total	92	210

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da ITAÚSA e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	15	19
Participações no Lucro	14	10
Opções de Ações	1	2
Total	30	31

Notas Explicativas

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 886 (R\$ 71 em 31/12/2017), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/06/2018	30/06/2018	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	21	30	(9)
Posição Ativa	740	770	30	(9)
Moeda Estrangeira (USD)	355	391	30	-
Taxa Pré-Fixada	385	379	-	(9)
Posição Passiva	(740)	(749)	-	-
CDI	(740)	(749)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	134	133	-	(1)
Compromisso de Venda	134	133	-	(1)
NDF	134	133	-	(1)

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2017	31/12/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	16	17	-
Posição Ativa	634	659	17	-
Moeda Estrangeira (USD)	614	639	17	-
Taxa Pré-Fixada	20	20	-	-
Posição Passiva	(634)	(643)	-	-
CDI	(634)	(643)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	102	102	-	-
Compromisso de Venda	102	102	-	-
NDF	102	102	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	1	(105)	(212)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(1)	105	212
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	33	67
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(33)	(67)
Total			-	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/06/2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	447	1.752	1.187	812
Fornecedores e Outras Obrigações	384	-	290	33
Total	831	1.752	1.477	845

31/12/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.050	1.710	1.188	808
Fornecedores e Outras Obrigações	365	-	245	32
Total	1.415	1.710	1.433	840

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/06/2018	31/12/2017
Ativos		5.318	4.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	92	84
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.925	1.134
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo Através do Resultado	3	996	995
Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado	2	-	444
Contas a Receber de Clientes	2	1.013	1.091
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	736	630
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	91	99
Outros Ativos Financeiros	2	465	381
Passivos		5.968	6.775
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	4.198	4.756
Fornecedores / Outras Obrigações	2	707	642
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	1.063	1.377

NOTA 28 – EVENTOS SUBSEQUENTES**Aquisição de Ações para Manutenção em Tesouraria**

No período de 01/07/2018 a 13/08/2018, a Itaúsa adquiriu 1.000.000 ações preferenciais de emissão própria para manutenção em tesouraria, ao custo médio unitário de R\$ 9,62, totalizando R\$ 9.

Até 13/08/2018 a Itaúsa mantinha em tesouraria 3.500.000 ações preferenciais de emissão própria, ao custo médio unitário de R\$ 9,22, totalizando R\$ 32.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, de maneira consistente em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2018.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. procederam ao exame das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30.06.2018, que foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), na qualidade de auditores independentes.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PwC, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período. São Paulo (SP), 13 de agosto de 2018. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Felício Cintra do Prado Júnior, Guilherme Tadeu Pereira Júnior, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: em 13 de agosto de 2018, às 13:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501 em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao 2º trimestre de 2018, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes; e

b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 13 de agosto de 2018. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: em 13 de agosto de 2018, às 13:00 horas, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, Sala 501 em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao 2º trimestre de 2018, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, alterada, declarar que:

a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório de revisão sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes; e

b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2018.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 13 de agosto de 2018. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Diretor Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores